

**CIRO COSTA CHAGAS**

Doutorando em Direito Penal e  
Sistema Financeiro Nacional pela UFMG

Mestre em Direito das Relações Econômicas  
e Sociais pela Faculdade Milton Campos

Especialista em Derecho Penal Económico y Teoría del Delito  
(Universidad Castilla La-Mancha- Espanha)

Especialista em Direito Tributário pela Universidade Gama Filho

# **CORRUPÇÃO**

**Processo Sancionatório,  
Administrativo e Penal  
em uma Perspectiva de  
Direito Comparado**

2ª tiragem



Belo Horizonte  
2020



Copyright © 2019 Editora Del Rey Ltda.  
 Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais  
 forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.  
 Impresso no Brasil | Printed in Brazil  
 EDITORA DEL REY LTDA.  
 www.editoradelrey.com.br

www.editoradelrey.com.br

Editor: Amaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza  
*In memoriam*

Diagramação / Capa: Alfstudio

Revisão: Responsabilidade do autor

#### EDITORA

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24  
 Centro - Belo Horizonte-MG  
 CEP 30190-909

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284 | 25163340

vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

editorial@editoradelrey.com.br

#### CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Birchall

Antônio Augusto Caçado Trindade

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Pereira Gaio Júnior

Aroldo Plínio Gonçalves

Carlos Alberto Penna R. de Carvalho

Dalmar Pimenta

Edelberto Augusto Gomes Lima

Edésio Fernandes

Felipe Martins Pinto

Fernando Gonzaga Jayme

Hermes Vilchez Guerrero

José Adércio Leite Sampaio

José Edgard Penna Amorim Pereira

Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

Misabel Abreu Machado Derzi

Plínio Salgado

Rénan Kfuri Lopes

Rodrigo da Cunha Pereira

C433c Chagas, Ciro Costa.

**Corrupção: Processo Sancionatório, Administrativo e Penal em uma perspectiva de Direito Comparado / Ciro Costa Chagas. – 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Editora Del Rey, 2020.**

222 p.

ISBN 978-65-5533-018-9

1. Corrupção. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Penal. 4. Ética. 5. Moral. I. Título. II. Assunto.  
 III. Chagas, Ciro Costa.

20-89068001

1178251

CDD 342.088  
 CDU 342.924:343.13

#### ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Direito Constitucional e Administrativo: Responsabilidade por abuso de poder, corrupção, etc.
2. Atois legais e Atois administrativos; Processos criminais. Instrução penal.

# SUMÁRIO

<b>NOTA DO AUTOR .....</b>	<b>XIII</b>
----------------------------	-------------

## **CAPÍTULO 1**

<b>CORRUPÇÃO: UM TERMO À DERIVA .....</b>	<b>1</b>
1.1 A ética e moral e sua relação com o conceito de corrupção .....	2
1.2 Conceito léxico-semântico da corrupção .....	10
1.3 A corrupção como estímulo à Economia: Teoria Revisionista.....	15
1.3.1 As trocas produtivas sob a ótica da corrupção expansiva.....	19
1.4 A corrupção como degradação da economia .....	24
1.5 Teoria do "nível ótimo da corrupção" .....	29
1.6 Uma breve análise de dados com relação à corrupção .....	33
1.7 Conclusão parcial.....	43

X

**CAPÍTULO 2****RESPONSABILIZAÇÃO NA LEGISLAÇÃO  
ANTICORRUPÇÃO NORTE-AMERICANA:**

<b>UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DO <i>NE BIS IN IDEM</i></b> .....	45
2.1 Histórico pré-legislação.....	46
2.2 O período de vigência do FCPA e sua abrangência.....	54
2.2.1 Órgãos responsáveis e seu desenho institucional.....	56
2.2.2 Limitação temporal.....	57
2.2.3 Questão jurisdicional.....	60
2.2.4 Das penalidades e sanções previstas.....	63
2.3 A relação entre o direito administrativo sancionador e o direito penal na legislação norte-americana.....	67
2.4 O bis in idem ou double jeopardy no direito norte-americano .....	76
2.4.1 O bis in idem ou double jeopardy na legislação anticorrupção americana FCPA.....	84
2.5 Conclusão parcial.....	86

**CAPÍTULO 3****RESPONSABILIZAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ESPANHOLA:**

<b>UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DO <i>NE BIS IN IDEM</i></b> .....	87
3.1 Histórico do combate à corrupção na Espanha.....	88
3.2 Legislações de responsabilização dos delitos contra a Administração Pública espanhola.....	95
3.2.1 Projeto de lei anticorrupção espanhola – Ley integral de Lucha contra la Corrupción y Protección de los Denunciantes.....	98
3.2.2 Órgãos responsáveis pelo cumprimento legal contra a corrupção Desenho institucional.....	106
3.2.3 Das penalidades e sanções previstas.....	110

3.3	A relação entre o Direito Administrativo Sancionador e o Direito Penal na legislação espanhola.....	112
3.3.1	Conceito de sanção penal.....	114
3.3.2	Conceito de sanção administrativa.....	118
3.4	Princípio do non bis in idem e a subordinação do poder sancionador administrativo à ordem jurisdicional criminal .....	123
3.5	Conclusão parcial.....	129

## CAPÍTULO 4

### RESPONSABILIZAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA:

	<b>ANÁLISE DO PRINCÍPIO DO <i>NE BIS IN IDEM</i></b> .....	131
4.1	Contexto histórico e origens.....	133
4.2	Delito de corrupção no Código Penal Brasileiro.....	145
4.3	Lei Anticorrupção brasileira, Lei 12.846/13.....	153
4.3.1	Natureza jurídica.....	154
4.3.2	Autonomia da Instância Administrativa Sancionadora.....	161
4.3.3	Tipificações na Lei Anticorrupção .....	167
4.4	Análise da vedação ao bis in idem na Legislação Anticorrupção brasileira.....	168
4.5	Conclusão parcial.....	185
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	187
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	193